

Diálogo de saberes e coprodução de conhecimento em comunidades costeiras tradicionais: reflexões a partir da experiência comunitária na Baía dos Castelhanos, Ilhabela (SP)

Melissa Vivacqua Rodrigues, Angélica de Sousa,
Deborah Santos Prado, Hélio de Castro Rodrigues

Introdução

No atual contexto de degradação intensiva da zona costeira, a pouca eficiência das agências governamentais em integrar estratégias de desenvolvimento econômico, conservação ambiental e os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais tem se configurado como um ponto central de tensão. Entre os extremos do desenvolvimentismo econômico e do conservacionismo biologizante, os conflitos e as ameaças aos povos indígenas e às comunidades tradicionais permanecem, em grande medida, pouco visíveis, em um cenário marcado pelo escasso acesso a direitos sociais, culturais, econômicos, políticos, ambientais e territoriais (COSTA LIMA, 2015; DIEGUES; ARRUDA, 2000; SOUZA; MILANEZ, 2023).

Por outro lado, dinâmicas territoriais inovadoras têm sido engendradas por meio de processos colaborativos que envolvem comunidades locais, universidades e organizações da sociedade civil (TREMBLAY; VIEIRA, 2011; SEIXAS et al., 2019). Nesses casos, o território passa a ser o *locus* fundador dessas iniciativas, permeadas pelo diálogo de saberes, pelo protagonismo comunitário e por processos de

aprendizagem social. O território constitui-se, assim, como um espaço cultural de identificação e pertencimento dos povos e comunidades tradicionais (MEDEIROS, 2015). Trata-se, também, de um espaço de poder político (HAESBAERT, 2015), construído coletivamente e capaz de garantir a existência material e simbólica (SAQUET, 2015) de milhares de populações que vivem na zona costeira.

Seja por iniciativa da própria comunidade, seja por meio da atuação de atores sociais externos em parceria com ela, projetos de desenvolvimento territorial sustentável (VIEIRA et al., 2010) que reconheçam os direitos dos povos e comunidades tradicionais e, ao mesmo tempo, valorizem seus saberes e sua cultura, têm desafiado o *modus operandi* tanto das instituições de gestão quanto das instituições de pesquisa. Ações de gestão *top-down*, hierárquicas e técnico-burocráticas, baseadas em abordagens disciplinares, vêm sendo colocadas em xeque pelas próprias comunidades, por movimentos sociais e por lideranças locais.

Em meio a conflitos e disputas, ganham espaço, ainda que de forma gradual, processos mais horizontais e participativos de construção de conhecimento e de tomada de decisão, abrindo caminho para abordagens inter e transdisciplinares (GARCIA, 1994; MAX-NEEF, 2004; NICOLESCU, 1999). A pesquisa-ação participativa de caráter transdisciplinar tem como premissa a produção de conhecimento orientada para a ação e para a transformação da realidade, de forma crítica e a partir da interação entre múltiplos atores que detêm sistemas de conhecimento distintos do conhecimento científico hegemônico. Nesse sentido, a transdisciplinaridade pode ser compreendida como uma espiral de diálogo que articula diferentes perspectivas e visões de mundo, integrando conhecimentos tradicionais, técnicos e científicos (PARRA VÁSQUEZ et al., 2020).

Diante desse contexto, este capítulo tem por objetivo apresentar e refletir sobre a experiência comunitária de resistência e defesa territorial na Baía dos Castelhanos, localizada na porção leste do município de Ilhabela, litoral do estado de São Paulo. Busca-se evidenciar a importância das parcerias e dos processos de coprodução de conhecimento na implementação de projetos comunitários voltados à gestão do território e de seus recursos naturais. As comunidades da

Baía dos Castelhanos vivenciam inúmeros conflitos e ameaças ao seu território; contudo, em colaboração com atores sociais externos, como o Ministério Público Federal e a Universidade Federal de São Paulo, bem como com movimentos sociais regionais, a exemplo do Coletivo Caiçara, têm construído estratégias de reexistência e mobilizado instrumentos de gestão e políticas públicas capazes de assegurar sua permanência no território e sua autonomia nos processos decisórios.

Em um primeiro momento, o capítulo contextualiza o território, apresentando, de forma sintética, os principais conflitos, desafios e avanços recentes. Em seguida, descreve-se o processo de construção colaborativa de metodologias participativas e de coprodução de conhecimento na implementação do projeto *Pesca artesanal como patrimônio cultural vivo de Ilhabela*, liderado pela Associação de Moradores e Pescadores Artesanais da Baía dos Castelhanos (AMOR Castelhanos), em parceria com diferentes instituições. Por fim, são tecidas algumas considerações sobre possíveis caminhos para o fortalecimento do território tradicional da Baía dos Castelhanos.

Contextualizando o Território de Ação

O litoral norte do estado de São Paulo é formado pelos municípios de São Sebastião, Caraguatatuba, Ubatuba e Ilhabela. Nessa região convivem dinâmicas distintas de desenvolvimento, de modo que, por um lado, há uma rica diversidade biológica e cultural, com a presença significativa de povos e comunidades tradicionais caiçaras e também de áreas protegidas — a exemplo da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte (APAMLN), da Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) de São Sebastião, do Parque Estadual de Ilhabela e do Parque Estadual da Serra do Mar — e, por outro, megapreempimentos relacionados sobretudo à indústria de petróleo e gás, à expansão portuária e da malha viária, bem como ao fomento ao turismo de massa.

Tais empreendimentos apresentam impactos negativos diretos sobre os ecossistemas, a atmosfera, a economia e a vida da população local, além de graves impactos cumulativos e sinérgicos ainda pouco compreendidos (TEIXEIRA; IWAMA, 2017). Em São Sebastião, es-

pecificamente, opera um dos principais portos do país. O crescimento urbano muitas vezes desordenado, o despejo de esgotos não tratados no mar, o aumento da atividade turística sem planejamento e a sobre-exploração dos recursos pesqueiros são outros exemplos que elucidam o processo de degradação ambiental ao qual tem sido submetido o litoral norte paulista, frequentemente articulado a sérios problemas socioeconômicos que afetam a população local.

Historicamente, a finalização do asfaltamento do trecho da Rodovia Rio-Santos que dá acesso às praias do litoral norte, na década de 1980, acelerou a urbanização da região e estruturou um mercado imobiliário, de modo que diversos condomínios e loteamentos destinados a casas de veraneio foram construídos à beira-mar. Esses empreendimentos, aliados à especulação imobiliária, acabaram por expulsar comunidades caiçaras de seus territórios costeiros e ainda operam como ameaça para muitas daquelas que resistiram.

Cabe destacar que os caiçaras estão historicamente presentes nas regiões costeiras dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e norte de Santa Catarina, configurando-se como um povo tradicional originado da mescla entre colonizadores portugueses, africanos escravizados e povos indígenas. A cultura caiçara apresenta, assim, “um conjunto de valores, visões de mundo, práticas cognitivas e símbolos compartilhados, que orientam os indivíduos em suas relações com a natureza e com os outros membros da sociedade (...)” (DIEGUES, 2007, p. 17). Profundos conhecedores do mar e da mata, os caiçaras construíram engenhosos sistemas de manejo da natureza, sobretudo nas atividades de lavoura — as chamadas roças caiçaras — e de pesca, mantendo em seus territórios uma rica diversidade cultural e biológica.

O município de Ilhabela, arquipélago localizado em frente ao município de São Sebastião, apresenta 80,4% de sua extensão territorial inserida no Parque Estadual de Ilhabela. Ao mesmo tempo, reproduz o modelo de desenvolvimento implementado no litoral norte, com foco na indústria do turismo. Tem, assim, sofrido grandes alterações associadas ao turismo de segunda residência, à especulação imobiliária e à expansão urbana, que vêm avançando sobre a Mata Atlântica e implicando transformações e pressões sobre o modo de vida das 17 comunidades tradicionais caiçaras do município (PIRRÓ, 2011).

A Baía dos Castelhanos, localizada na porção leste do município de Ilhabela, abriga as comunidades caiçaras das praias de Castelhanos (comunidades da Lagoa e do Ribeirão), Mansa, Vermelha, Figueira e Saco do Sombrio. Essas comunidades tradicionalmente cultivam roças, sobrevivem da pesca e, mais recentemente, também do turismo. Com exceção da Praia de Castelhanos, que possui acesso por uma estrada-parque, as demais praias só podem ser acessadas por trilha ou por via marítima.

A Baía dos Castelhanos constitui um importante núcleo de biodiversidade florestal e um berçário marinho de ampla variedade de espécies. Na baía, é possível encontrar duas áreas de manguezal: uma na Praia Vermelha e outra na Praia de Castelhanos. Esta última ocupa a segunda maior planície de Ilhabela e permanece quase que em sua totalidade recoberta por ecossistemas costeiros em regeneração, como jundu, restinga, restinga alagada, mangue e mata de transição (SÃO PAULO, 2021).

O território da pesca artesanal da Baía dos Castelhanos está sobreposto à Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte (APAMLN), unidade de conservação de uso sustentável cujo plano de manejo orienta o acesso e o uso dos recursos marinhos. Já as áreas terrestres, onde tradicionalmente são realizadas as roças e de onde se retira madeira para a confecção de canoas e outros artefatos caiçaras, estão circunscritas ou no entorno do Parque Estadual de Ilhabela (PEIb), unidade de conservação de proteção integral criada em 1977.

Importa mencionar que, durante décadas, as comunidades tiveram suas atividades tradicionais cerceadas pelo PEIb e, simultaneamente, passaram a sofrer pressões decorrentes do desenvolvimento economicista do município, marcado pela especulação imobiliária e pela expansão das atividades turísticas. Por outro lado, atualmente o parque tem sido percebido como um parceiro das comunidades tradicionais. Como o acesso terrestre às comunidades da Praia de Castelhanos ocorre por meio da estrada-parque, o PEIb exerce papel relevante no monitoramento da entrada de veículos, realizando o controle na portaria do parque, inclusive quanto ao acesso de caminhões que transportam materiais de construção, os quais só podem circular mediante autorização prévia da AMOR Castelhanos e da Associação

Castelhanos Vive. Dessa forma, o parque também contribui para conter o avanço da especulação imobiliária em seus limites e entorno.

Em 2015, após ampla mobilização e intensos conflitos fundiários, as comunidades conquistaram a outorga do Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), instrumento de regularização fundiária que possibilita a ordenação do uso racional e sustentável dos recursos naturais disponíveis na orla marítima e fluvial, voltados à subsistência dos povos e comunidades tradicionais (MARCONDES; RAIMUNDO, 2019). Outras conquistas posteriores incluem a demarcação das roças caiçaras, viabilizada pela Resolução SIMA nº 28/2020, e a criação da Reserva Extrativista Municipal da Baía de Castelhanos, em 2020. Essas conquistas, no entanto, têm sido permeadas por diversos conflitos socioambientais, tanto em níveis intra e intercomunitários quanto em escala local, envolvendo empresários, proprietários de terrenos e casas de veraneio, além do poder público municipal.

Os processos de criação de Reservas Extrativistas Marinho-Costeiras têm sido historicamente marcados por conflitos socioambientais (BUCCI, 2009; VIVACQUA, 2018; VIVACQUA; RODRIGUES, 2018). No caso da Reserva Extrativista da Baía dos Castelhanos, tais conflitos expressam de forma exemplar os interesses e as disputas territoriais em jogo. Criada em dezembro de 2020 por meio do Decreto Municipal nº 8.351, a Resex é uma unidade de conservação de uso sustentável que tem por objetivos proteger os meios de vida e garantir a utilização sustentável e a conservação dos recursos naturais utilizados pela população tradicional residente em sua área de abrangência, conforme estabelecido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2000). Entretanto, em 16 de agosto de 2022, o prefeito de Ilhabela apresentou à Câmara Municipal um Projeto de Lei com o objetivo de revogar o decreto que instituiu a Reserva Extrativista. No mesmo dia, o projeto foi votado e aprovado em caráter de urgência, de forma autoritária, sem diálogo com o Conselho Municipal de Meio Ambiente, com as comunidades tradicionais ou com sua instância coletiva de representação, o Conselho Municipal de Comunidades Tradicionais.

Diante desse cenário, as comunidades locais, organizações da sociedade civil e moradores da região mobilizaram-se em amplo protesto

com o intuito de dar visibilidade ao caso, denunciar a ilegalidade do processo e reivindicar a manutenção da Resex. O conflito foi judicializado, e a Justiça decidiu pela manutenção do decreto de criação da Reserva Extrativista. Ainda assim, estratégias de desinformação, interesses econômicos e conflitos fundiários persistentes na Baía dos Castelhanos impõem desafios significativos à implementação da Resex e, consequentemente, à garantia dos direitos territoriais e à reprodução sociocultural dessas comunidades. Em 2022, como mais um ato de resistência e cuidado com o território, a AMOR Castelhanos concorreu ao edital da Secretaria Municipal de Cultura e obteve a aprovação do projeto *A pesca artesanal como patrimônio cultural vivo das comunidades tradicionais caiçaras de Ilhabela-SP*. A implementação do projeto desencadeou um processo colaborativo transdisciplinar, que será descrito a seguir.

O processo de construção colaborativa de conhecimentos na Baía dos Castelhanos

No período em que a Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de Ilhabela lançou o Programa de Estímulo à Cultura, estava em pauta, em diversas comunidades pesqueiras do estado de São Paulo, a necessidade de automonitoramento da pesca com rede de emalhe de superfície, conhecida como rede boiada ou rede boieira. O regulamento para a realização dessa pescaria, em vigência desde 2007 por meio da Instrução Normativa do IBAMA nº 166 (IN nº 166), impôs restrições ao uso da rede de emalhe de superfície com o objetivo de reduzir a pesca incidental da megafauna, mesmo sem evidências científicas consistentes acerca das capturas de espécies não alvo (JANKOWSKY et al., 2023). É importante mencionar que a rede boieira integra um conjunto mais amplo de artes de pesca tradicionais empregadas por pescadores e pescadoras artesanais em todo o litoral do estado de São Paulo, sendo utilizada sobretudo na captura da tainha, pescaria de grande valor sociocultural para as comunidades caiçaras.

Quando a normativa passou a ser efetivamente fiscalizada no litoral paulista, a partir de 2014, o uso da rede boieira passou a ocorrer de forma clandestina, transformando uma prática tradicional em transgressão ambiental e ocasionando diversos conflitos. Contudo,

após anos de convivência com essa ameaça à continuidade da pescaria e a partir da mobilização e organização social dos pescadores e pescadoras artesanais, os artigos que tornavam a pesca artesanal de emalhe de superfície inviável foram suspensos pela Portaria SAP/MAPA nº 356/2021, da então Secretaria de Aquicultura e Pesca do governo federal. A suspensão, no entanto, foi condicionada à existência de dados sistemáticos de monitoramento da pescaria. Nesse contexto, entre os anos de 2021 e 2022, por iniciativa do Fórum dos Pescadores Artesanais Sustentáveis do Litoral de São Paulo, pescadores e pescadoras começaram a se organizar para realizar o automonitoramento da pesca com rede boeira, com o objetivo de produzir dados a serem apresentados ao Grupo de Trabalho Técnico-Científico da Secretaria de Pesca e Aquicultura, em reunião prevista para dezembro de 2022.

Desde então, o automonitoramento passou a ser realizado de forma voluntária por pescadores, pescadoras e colaboradores das comunidades da Baía dos Castelhanos. Os dados coletados entre os meses de maio e agosto de 2022 foram incorporados aos dados produzidos por outras comunidades pesqueiras do litoral paulista. Essas informações foram sistematizadas pela equipe técnica vinculada ao Fórum dos Pescadores Artesanais Sustentáveis do Litoral Paulista e integraram o relatório do Grupo de Trabalho Técnico-Científico de Acompanhamento da Portaria SAP/MAPA nº 356/2021. Os resultados desse processo foram decisivos para a prorrogação da suspensão dos dois artigos da IN nº 166/2007 até dezembro de 2025. Ressalta-se, contudo, que a pescaria deve continuar sendo monitorada, uma vez que está previsto que o Grupo de Trabalho Técnico-Científico acompanhe a eficácia da normativa ao longo desse intervalo de tempo.

Foi nesse contexto que a AMOR Castelhanos decidiu pleitear um projeto no âmbito do Programa de Estímulo à Cultura do município de Ilhabela, compreendendo essa iniciativa como uma oportunidade para dar continuidade ao automonitoramento da pesca e, simultaneamente, pensar ações mais estruturadas de valorização, fortalecimento e defesa do território caiçara. O projeto foi concebido com o objetivo de fortalecer o sistema da pesca artesanal nas comunidades da Baía dos Castelhanos, evidenciando o conhecimento tradicional dos pescadores e pescadoras como patrimônio cultural vivo, ao mesmo tempo

em que buscava articular esse conhecimento aos processos de tomada de decisão sobre o território pesqueiro.

Desde a concepção do projeto, a AMOR Castelhanos buscou a colaboração de atores sociais externos que já desenvolviam trabalhos junto às comunidades. Inicialmente, essa articulação ocorreu com educadores e educadoras do Projeto de Educação Ambiental (PEA) e, em um segundo momento, com técnicos da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (CATI/SAASP), bem como com pesquisadoras do Instituto do Mar da Universidade Federal de São Paulo (IMar/UNIFESP). Essas pesquisadoras integram a equipe do projeto PactoMar e coordenam o projeto de extensão universitária *Resistência e protagonismo das comunidades de pescadores artesanais da Baía de Castelhanos, município de Ilhabela/SP*. Cabe destacar, ainda, a contribuição do movimento social Coletivo Caiçara, que atua nos municípios de São Sebastião, Ilhabela e Caraguatatuba e teve participação relevante em diversas ações do projeto, incluindo a atuação direta de pescadores, pescadoras e lideranças da Baía dos Castelhanos.

A gestão e o planejamento das ações foram realizados por meio de um Grupo de Trabalho, composto por integrantes da AMOR Castelhanos e pelos parceiros externos mencionados. A construção das ações e do cronograma ocorreu por meio de reuniões presenciais e remotas, sendo que as decisões relativas a datas, horários e locais dos encontros ficaram sob a responsabilidade da Associação. O processo de co-construção das ações baseou-se em trocas de experiências entre parceiros e lideranças comunitárias, na sugestão de metodologias fundamentadas em experiências prévias dos parceiros externos e na adequação dessas metodologias ao contexto específico das comunidades da Baía dos Castelhanos, especialmente a partir do conhecimento local.

Os resultados desse processo culminaram na consolidação do processo de automonitoramento da pesca, e no planejamento e facilitação conjunta de três oficinas: 1) Mapeamento de uso do território marinho-costeiro da Baía dos Castelhanos; 2) Construção do calendário sazonal da pesca artesanal; e 3) Oficina de mestres e mestras caiçaras.

A primeira oficina teve por objetivo a construção do Mapa de Uso do Território Marinho-Costeiro da Baía dos Castelhanos. A partir de ferramentas da cartografia social (TETAMANTI; CHANAMPA, 2016), mais especificamente da técnica de mapeamento participativo (SEIXAS, 2005), pescadoras e pescadores das comunidades da Baía dos Castelhanos construíram um mapa mental de seu território de uso.

No início da oficina, foi apresentado aos participantes um mapa confeccionado em papel pardo, com cerca de dois metros de extensão, contendo apenas a linha de costa da Baía dos Castelhanos. Para cada pescaria identificada, pescadores e pescadoras definiram e desenharam uma legenda própria, a fim de demarcá-la no mapa. Gradualmente, configurou-se um processo interativo no qual os participantes se sentiram à vontade para assumir o protagonismo, compartilhar saberes, representações e singularidades, bem como dialogar entre si. O resultado foi um mapa rico em cores e imagens, retratando diferentes pescarias e territorialidades. Nesse processo, foi registrada a diversidade de artes de pesca realizadas na Baía, como a rede boieira, o cerco flutuante, a rede de fundo, a pesca de espinhel, a pesca de linha, a pesca de currico, o picaré, o emalhe de fundo, também conhecido como bate-bate, e a pesca de lula.

Ao longo de dois dias consecutivos de trabalho, emergiram reflexões sobre áreas de conflito — ou “áreas de acordo” —, entendidas como pontos de pesca que demandam maior cuidado e monitoramento. Desse modo, o mapa permitiu identificar todas as artes e pontos de pesca utilizados pelos pescadores e pescadoras, além de favorecer a visualização e a reflexão sobre a noção de pertencimento ao território marinho-costeiro. A partir dessa relação de pertencimento e considerando os conhecimentos associados aos diferentes caminhos percorridos na produção sociocultural desse território, foi trabalhada a noção de “cuidar” e a necessidade de monitoramento.

Cabe destacar que o automonitoramento da pescaria com rede boieira foi inicialmente viabilizado pelo trabalho voluntário de cinco monitores e monitoras das comunidades da Baía, que preenchiam, junto aos pescadores e pescadoras, as fichas com os dados da pesca. Com a implementação do projeto, esses monitores e monitoras passa-

ram a receber um recurso financeiro mensal. Além disso, os pescadores e pescadoras decidiram ampliar o escopo do automonitoramento, incluindo a pescaria realizada com a rede de cerco flutuante. O cerco flutuante é uma técnica fixa de pesca que tem origem em Ilhabela, desenvolvida a partir da interação entre caiçaras e migrantes japoneses. Trata-se, portanto, de uma inovação sociotécnica construída localmente pelos caiçaras nesse processo de intercâmbio cultural. Há registros de que a primeira armadilha de cerco flutuante foi instalada na década de 1920, na Baía dos Castelhanos, especificamente na comunidade do Saco do Sombrio, disseminando-se posteriormente, sobretudo, pelo litoral paulista e pelo sul do estado do Rio de Janeiro (ARAÚJO, 2022).

Após a realização do mapeamento participativo, o Grupo de Trabalho de Gestão e Planejamento do projeto elaborou e mediu a oficina de construção do calendário sazonal da pesca artesanal da Baía dos Castelhanos (SEIXAS, 2005) (Figura 1). Em um primeiro momento, pescadores e pescadoras identificaram as diferentes espécies de pescado capturadas por cada apetrecho de pesca listado durante o mapeamento. No segundo dia da oficina, de forma complementar, essas espécies foram organizadas em uma tabela, relacionando sua ocorrência aos meses do ano. As percepções relativas às variações sazonais na distribuição do pescado também foram registradas, revelando um conhecimento profundo e refinado das pescadoras e pescadores sobre o ambiente marinho e suas interações.

É importante ressaltar que os participantes expressaram percepções consistentes acerca da influência das mudanças climáticas na sazonalidade e na quantidade de pescado na Baía. Dessa forma, o uso da técnica do calendário sazonal possibilitou uma reflexão ampliada sobre o maretório (RIBARIC, 2020) da Baía dos Castelhanos, sua rica biodiversidade e os saberes a ela associados, além de fortalecer a noção de “pertencimento”. A oficina também suscitou reflexões relevantes sobre as relações de causalidade entre os empreendimentos da cadeia de petróleo e gás e os impactos das mudanças climáticas sobre a reprodução social das comunidades pesqueiras.



Figura 1 Oficina de construção do calendário sazonal da pesca artesanal na Baía dos Castelhanos, Ilhabela. *Autora:* Melissa Vivacqua.

Os saberes e fazeres tradicionais caiçaras passaram a ocupar espaço também nas escolas de educação básica da Baía dos Castelhanos. Nas últimas décadas, dinâmicas de desenvolvimento de caráter economicista têm colocado em xeque os mecanismos de reprodução sociocultural das comunidades caiçaras que ainda mantêm laços estreitos com seus saberes e fazeres tradicionais. Como exposto anteriormente, a implantação de projetos de desenvolvimento baseados na exploração turística da paisagem natural e em empreendimentos imobiliários de grande porte ameaça o modo de vida da população caiçara, comprometendo a continuidade de diversos ofícios tradicionais, como a confecção de artesanatos, remos e canoas.

Diante desse conjunto de ameaças, a escola pode se constituir como um espaço de resistência, valorização do território e reconhecimento dos saberes tradicionais, por meio de uma educação contextu-

alizada ou diferenciada. A educação diferenciada propõe um processo educativo ancorado na realidade local, que não desconsidere as influências externas nem os aspectos políticos que incidem sobre o território, e que construa um currículo capaz de contemplar os anseios e desafios das educandas e dos educandos, contribuindo para a transformação social a partir de uma leitura crítica e multidimensional dos modelos de desenvolvimento (BARROS; RODRIGUES, 2019).

Desde os anos 2000, têm ocorrido diversas articulações coletivas em prol da implementação da educação diferenciada nos territórios caiçaras (FRANCO et al., 2020). Cabe destacar que, em Ilhabela, as seis escolas situadas em comunidades tradicionais caiçaras foram reconhecidas como Escolas do Campo por meio do Decreto Municipal nº 8.267, de 15 de outubro de 2020, que institui a Política de Educação do Campo e cria a categoria Escola do Campo na Rede Municipal de Ensino do município.

Em consonância com esse movimento e com as conquistas recentes, as duas escolas públicas de educação básica de Castelhanos receberam mestres e mestras de ofícios caiçaras. Por meio da confecção de um pequeno cerco flutuante, realizada conjuntamente com estudantes e professoras (Figura 2), os(as) mestres(as) compartilharam saberes construídos a partir da observação cotidiana, da experiência direta na lida da pesca e do aprender-fazendo, desafiando e envolvendo crianças e adolescentes nos entrançados dos conhecimentos tradicionais. Essa ação, ainda pontual, “abriu as portas das escolas” para os saberes tradicionais, gerou maior proximidade e interesse por parte das professoras e, ao mesmo tempo, revelou o percurso desafiador de construção de uma educação diferenciada para as comunidades caiçaras. Tal percurso demanda o reconhecimento da diversidade sociocultural e a promoção de um efetivo diálogo de saberes (SANTOS; MENESES, 2005).

Por fim, em julho de 2023, foi realizado um evento de encerramento das ações do projeto, com o objetivo de compartilhar, com outras comunidades e lideranças da pesca artesanal dos municípios de Ilhabela e São Sebastião, o percurso trilhado ao longo de sua implementação. O diálogo e as trocas estabelecidas nesse encontro suscitaram reflexões relevantes para as pautas da pesca artesanal, destacan-

do-se: i) o automonitoramento como estratégia central na luta pelo maretório; ii) o problema da criminalização de pescadores e pescadoras artesanais decorrente da implementação de normas e legislações que, muitas vezes, privilegiam exclusivamente a pauta ambiental e/ou interesses da pesca industrial; iii) a importância do fortalecimento da organização coletiva dos(as) pescadores(as) na defesa de seus direitos; iv) a necessidade de maior envolvimento da juventude e de articulação de processos educativos coerentes com as realidades vividas por pescadores e pescadoras artesanais.



Figura 2 Oficina dos mestres da pesca para a confecção de cerco flutuante junto às crianças e jovens da escola. Autora: Melissa Vivacqua.

Em um segundo momento, o Grupo de Trabalho de Planejamento e Gestão do projeto, juntamente com monitores(as) e parceiros(as), reuniu-se com o objetivo de realizar uma avaliação do percurso, refletir sobre os processos de aprendizagem gerados ao longo da implementação do projeto e definir os “próximos passos” na luta pelo

fortalecimento dos territórios pesqueiros empreendida pelos povos caiçaras do litoral norte paulista (Figura 3).



Figura 3 Momento de partilha. Encerramento do projeto e sistematização dos aprendizados. *Autora:* Deborah Prado.

Como principais encaminhamentos, decidiu-se unir esforços para a continuidade do automonitoramento da pesca e de outras estratégias de fortalecimento do território, como, por exemplo, o mapeamento dos conflitos marinhos na Baía dos Castelhanos. Manifestou-se, também, o desejo das comunidades de que a experiência desenvolvida no âmbito do projeto seja expandida para outras comunidades tradicionais do município de Ilhabela. Além disso, foi destacada a importância de dar continuidade e aprofundar o trabalho realizado junto às escolas, considerando-se a percepção compartilhada de que a reprodução sociocultural da comunidade depende, em grande medida, da

implementação de uma educação diferenciada. Nessa perspectiva, foi levantada ainda a necessidade de incluir o pescado local na merenda escolar, iniciativa que pode fortalecer a soberania e a segurança alimentar associadas às práticas tradicionais da pesca artesanal.

Ao longo do percurso, as ações transdisciplinares de coprodução de conhecimentos possibilitaram a construção de um olhar coletivo sobre o território em suas dimensões material, política e cultural. A dimensão material refere-se à evidência de como o território é utilizado e apropriado, bem como à centralidade dos recursos naturais para a reprodução social comunitária, sob os aspectos econômico, de saúde e de segurança alimentar. A dimensão política permitiu refletir sobre a forma como as relações de poder interferem no uso, no acesso e na qualidade desses recursos, assim como sobre a importância de compreender e enfrentar as ameaças, disputas e conflitos espacializados no território de ação. Por fim, a dimensão cultural possibilitou o fortalecimento do compartilhamento identitário e intergeracional de múltiplos elementos associados à pesca enquanto patrimônio cultural vivo da cultura caiçara.

Considerações finais

A experiência comunitária relatada neste capítulo refere-se à implementação de ações transdisciplinares e de coprodução de conhecimentos, por meio do delineamento e da execução de um projeto construído entre lideranças comunitárias, pescadores(as), técnicos(as) e pesquisadores(as). As ações se materializaram em oficinas participativas e no monitoramento contínuo das pescarias na Baía dos Castelhanos, envolvendo o mapeamento participativo do uso do território, a construção do calendário sazonal das espécies e o diálogo de saberes entre mestres da pesca, crianças e jovens no espaço escolar. Nesse sentido, as ações co-construídas no âmbito do projeto possibilitaram a sistematização de conhecimentos, o fortalecimento da autonomia no uso e na apropriação do território marinho-costeiro e o engajamento dos saberes locais como elementos legítimos e relevantes diante das diferentes instâncias de tomada de decisão.

O papel das parcerias na implementação de projetos comunitários voltados à gestão do território e de seus recursos naturais tem sido amplamente reconhecido como fundamental para avanços no compartilhamento de poder, de responsabilidades e no fortalecimento do senso de pertencimento local em defesa do território. Contudo, é imperativo ressaltar que tais parcerias podem assumir um caráter emancipatório ou, por outro lado, reproduzir relações assistencialistas (PRADO, 2020). Parcerias emancipatórias são, em geral, continuadas e orientadas politicamente para a conquista de direitos de cidadania, a conservação ambiental e a transformação social. Diferenciam-se, portanto, de intervenções externas pontuais, frequentemente estruturadas sob a forma de projetos assistencialistas ou filantrópicos, ou ainda de ações conservacionistas desvinculadas de um projeto político construído e demandado pelas próprias comunidades (PRADO, 2019).

No âmbito do projeto *A pesca artesanal como patrimônio cultural vivo de Ilhabela*, as parcerias estabelecidas com as comunidades da Baía dos Castelhanos assumiram um caráter emancipatório, na medida em que contribuíram para ampliar a capacidade dos indivíduos de melhorar suas próprias condições de vida, buscando a transformação de estruturas de subordinação historicamente estabelecidas (CLEAVER, 1999). Além disso, tais parcerias trouxeram elementos centrais para a construção da autonomia e do poder comunitário nos processos de gestão e ordenamento do território.

Agradecimentos – Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pelo auxílio concedido (PactoMar Processo FAPESP nº 2019/24416-8; nº2020/16028-5). Nossa gratidão especial a todas(os) que colaboraram para a execução do projeto “Pesca Artesanal como patrimônio cultural vivo de Ilhabela”.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, P. “É na terra e no mar que tá nossa subsistência”: resistência caiçara na Baía dos Castelhanos, Ilhabela. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.

BARROS, A. L.; RODRIGUES, C. G. O. Educação diferenciada e turismo de base comunitária nos territórios caiçaras de Paraty. **Ambiente & Sociedade**, v. 22, 2019.

BONFIM DE SOUZA, A. B.; MILANEZ, F. Ecologias antirracistas na Bahia: retratos da luta Pataxó contra o ecocídio e o genocídio. **Tellus**, v. 23, n. 50, p. 163–190, 2023.

CLEAVER, F. Paradoxes of participation: questioning participatory approaches to development. **Journal of International Development**, v. 11, n. 4, p. 597–612, 1999.

COSTA LIMA, J. V. Comunidades como subcategoria no contexto das políticas públicas ambientais no Brasil. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 51, n. 2, p. 152–160, maio/ago. 2015.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (Orgs.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP; MMA, 2000.

DIEGUES, A. C. **O Vale do Ribeira e o litoral de São Paulo: meio ambiente, história e população**. São Paulo: CENPEC, 2007.

FRANCO, P. C.; LIMA, A.; PRADO, D. M. do. Comunidades tradicionais e educação escolar diferenciada no Vale do Ribeira: violações de direitos e conflitos. In: NASCIMENTO, L. K. do; TEIXEIRA, G. da S. (Orgs.). **Comunidades tradicionais e educação escolar diferenciada no Vale do Ribeira**. São José do Rio Preto: Balão Editorial, 2020. p. 49–67.

GARCÍA, R. Interdisciplinarity and complex systems. In: LEFF, E. (Org.). **Ciencias sociales y formación ambiental**. Barcelona: Gedisa; UNAM, 1994.

HAESBAERT, R. Dilemas de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

JANKOWSKY, M. et al. Pesca artesanal com emalhe de superfície e encaixes de megafauna. **Sociedade & Natureza**, v. 35, p. 1–13, 2023.

MARCONDES, D.; RAIMUNDO, S. Povos tradicionais e turismo: o TAUS como instrumento para gestão de conflitos? **Ambiente & Sociedade**, v. 22, 2019.

MAX-NEEF, M. **Los fundamentos de la transdisciplinaridad**. Valdivia: Universidad Austral de Chile, 2004.

MEDEIROS, R. M. V. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.). **Territórios e territorialidades**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

NICOLESCU, B. **O manifesto da transdisciplinaridade**. São Paulo: Triom, 1999.

PARRA VÁZQUEZ, M. R. et al. Local socio-environmental systems as a transdisciplinary conceptual framework. In: **Socio-environmental regimes and local visions: transdisciplinary experiences in Latin America**. [S.l.]: [s.n.], 2020. p. 3–24.

PIRRÓ, M. S. de A. Prática de pesquisa de campo com comunidades tradicionais: contribuições para a gestão participativa do arquipélago de Ilhabela – SP. **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial EGAL, v. 2, p. 1–15, jul./dez. 2011.

PRADO, D. S. **Processos de cogestão e seus avanços em reservas extrativistas costeiras e marinhas do Brasil**. 2019. Tese (Doutorado) – [Instituição não informada], 2019.

PRADO, D. S. Emancipatory partnership and advances in citizenship: struggles for a sea-land territory in Brazil. In: **Socio-environmental regimes and local visions: transdisciplinary experiences in Latin America**. [S.l.]: [s.n.], 2020. p. 253–268.

RIBARIC, A. Maritimidade: patrimônio cultural e formas tradicionais de apropriação social do território marítimo. **Emblemas – Revista da Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais**, 2020.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. G.; NUNES, J. A. Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 21–122.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SEIXAS, C. S. Abordagens e técnicas de pesquisa participativa em gestão de recursos naturais. In: VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S. (Orgs.). **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: APED; Secco, 2005. p. 73–108.

SEIXAS, C. S. et al. Collaborative coastal management in Brazil: advancements, challenges, and opportunities. In: **Viability and sustainability of small-scale fisheries in Latin America and the Caribbean**. [S.l.]: [s.n.], 2019. p. 425–451.

TEIXEIRA, L. R.; IWAMA, A. Y. Caracterização dos grandes projetos de infraestrutura do litoral norte paulista. In: SANTOS, C. R. dos; TURRA, A. (Orgs.). **Rumos da sustentabilidade costeira: uma visão do litoral norte paulista**. São Paulo: Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo, 2017. p. 98–153.

TETAMANTI, J. M. D.; CHANAMPA, M. E. Perspectivas de la cartografía social: experiencias entre extensión, investigación e intervención social. **Revista +E**, n. 6, p. 84–94, 2016.

TREMBLAY, G.; VIEIRA, P. F. **O papel das universidades no desenvolvimento local: experiências brasileiras e canadenses**. Florianópolis: APED; Secco, 2011.

VIEIRA, P. F. et al. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento**. Florianópolis: APED; Secco, 2010.

VIVACQUA, M. Reservas extrativistas marinho-costeiras: reflexões sobre o estágio pré-implementação. **Ambiente & Sociedade**, v. 21, 2018.

VIVACQUA, M.; RODRIGUES, H. de C. L. Reservas extrativistas marinhas à luz das representações sociais de pescadores artesanais do litoral centro-sul de Santa Catarina. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 48, edição especial, p. 392–416, 2018.